

Federações preparam 200 emendas supressivas

BRASÍLIA — Um grupo de advogados e assessores de federações da indústria, comércio, agricultura e setor financeiro está trabalhando há dias na sede da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, na elaboração de mais de 200 emendas supressivas que amanhã serão entregues ao presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI e diretor tesoureiro da Fiesp, Ruy Altenfelder. Emendas supressivas, as únicas permitidas de agora em diante, são aquelas que excluem palavras ou trechos do projeto de Constituição.

“O empresariado quer mudar a Constituição inteira”, diz José Campelo, assessor da Confederação. Uma lista base de 24 pontos considerados essenciais para o empresariado já está pronta, e na semana passada recebeu o aval da classe numa reunião da União dos Empresários. A lista foi elaborada sob dois critérios: eliminar o que atinge diretamente o setor produtivo e o que demonstra preconceito à livre iniciativa. Esses pontos são essenciais, mas os empresários, levando em conta o slogan usado na reunião da UE — “o maior empresário deste país não passa de um gerente de filial de uma matriz chamada Brasil” —, resolveram apresentar emendas supressivas a praticamente todo o projeto.

“São questões que dizem respeito ao Legislativo ou ao Judiciário, mas que devem merecer a atenção do setor produtivo”, justifica Campelo. Mas são os 24 pontos os que merecerão maior empenho do empresariado, que ainda tem esperança de conseguir alguma ajuda do governo. As federações já estão armando seus próprios esquemas caso isso não aconteça. O presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB-SE) está enviando correspondência às federações pedindo-lhes que acionem seus sindicatos nos estados para pressionar os parlamentares.

Dos 24 pontos considerados essenciais, 19 coincidem com os considerados fundamentais para o *Centrão*: turno especial de seis horas para empresas com jornada ininterrupta; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; imprescritibilidade das ações trabalhistas rurais; arbítrio do trabalhador para decidir sobre a oportunidade da greve; competência da União para legislar sobre trânsito e transporte de bens e pessoas; organização do sistema de abastecimento alimentar a cargo da União, estados e municípios; distribuição de gás canalizado exclusivamente pelo Estado; limitação de decisão dos tributos regionais do trabalho; limitação da competência normativa da Justiça do Trabalho; imunidade tributária das entidades sindicais patronais; adicional de imposto de renda para os estados; imposto sobre grandes fortunas; definição de empresa brasileira de capital nacional; preferências para a empresa nacional na aquisição de bens e serviços pelo poder público; o Estado como agente normativo da economia; nacionalização do subsolo; contratos de risco; limitação da taxa de juros; o mercado interno como patrimônio nacional.

Entidade quer “direitos” de fora

Um dos pontos a serem destacados pelos empresários é mandado de injunção, o qual segundo o texto, será concedido sempre que a falta de norma reguladora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. A União dos Empresários quer a supressão do termo “direitos”, porque entende que é muito abrangente e conceder mandado de injunção a quem, por exemplo, comprar uma televisão com defeito.

Outros pontos da lista:

Aplicação imediata — Os empresários reivindicam a supressão total

do parágrafo que torna as normas do capítulo dos direitos e garantias individuais de aplicação imediata. Eles não concordam com isso e dizem que o empresariado será penalizado com ônus imediato sobre as folhas de pagamento.

Férias remuneradas — Por pressão do PTB, foi aprovado o pagamento das férias com, pelo menos, um adicional de um terço sobre os salários. Os empresários deixam o pagamento das férias, exatamente como é feito hoje, sem o adicional.

Telecomunicações — O artigo que diz ser competência da União a exploração dos serviços telefônicos, telefônicos de transmissão de dados e de

mais serviços de telecomunicações, a ela o direito e conceder a exploração a empresas estatais. Esta parte os empresários querem suprimir, porque mais adiante o mesmo artigo assegura a participação da empresa privada nesse setor, como prestadora de serviços.

Estrangeiros na Saúde —

Suprimir integralmente o dispositivo que proíbe a participação, direta ou indireta, de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência médica no país. Se ficar como está, ficam proibidas de atuar a maior parte das empresas de medicina que oferecem planos de tratamento de saúde.

Brasília — José Varella



Sant'Anna (D) foi um dos líderes do governo a tratar do segundo turno com Ulysses

Avanço social terá defesa

SAO PAULO — Secretários de Trabalho de 17 estados desfecham amanhã, em Brasília, uma operação em defesa dos avanços sociais aprovados pela Constituinte, que entrará agora no segundo turno de votação. Eles não aprovam qualquer tipo de negociação, preferindo a aprovação integral dos itens, entre eles a redução da jornada de trabalho para seis horas em indústrias onde há revezamento de turnos, e a licença-maternidade de 120 dias.

Ontem de um encontro no Hotel Ca D'Oro, pela manhã, os secretários discutiram o assunto com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, que criticou as três centrais sindicais — CGT, CUT e USI — por não terem se unido no primeiro turno da Constituinte. Medeiros manifestou-se a favor de uma negociação dos avanços sociais, caso isso seja necessário. “Mas, nós, os secretários de Trabalho, somos pela manutenção deles, sem abrir mão de nenhum item”, retrucou o secretário de São Paulo, Antero Patrício Silvestre, apoiado por seu colega do Rio de Janeiro, Jorge Gama.

“Teremos encontros com as lideranças dos partidos e também com o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte,” acrescentou Gama. Em outra fase, haverá um plantão dos secretários junto aos constituintes, em esquema de rodízio.

Sine — Também exigirá uma ação junto ao Ministério do Trabalho, segundo os secretários, a situação atual do Sistema Nacional de Emprego (Sine), sob o efeito de redução de verbas, que pode atingir 60% o Sine, responsável pela

recolocação de desempregados, funciona sob um convênio entre os governos estaduais e o governo federal e, neste ano, dispõe da verba de Cz\$ 492 milhões 448 mil, a menor do orçamento do Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro.

Bahia e Alagoas não receberam repasses de verbas federais para o Sine; São Paulo tem recebido Cz\$ 6 milhões mensais, e só a folha de pagamento de seus 200 funcionários atinge Cz\$ 8 milhões 200 mil. O coordenador do Sine no Ceará, José de Freitas, lembrou que o sistema corre o risco de ser desmontado, afetando os desempregados em busca de vagas. Jorge Gama defende a reformulação do Sistema Nacional de Emprego, mas observa que o governo federal não poderia reduzir as verbas.

□ A proposta do Relator Bernardo Cabral para a votação em segundo turno da nova Constituição será entregue hoje, às 12h30min, ao presidente da Constituinte em exercício, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). O texto terá 246 artigos no corpo permanente e 76 nas disposições transitórias. Foi criado o Título IX, dividido em dois capítulos: o das Disposições Constitucionais Gerais e o das Disposições Transitórias. Para facilitar a apresentação de emendas, Bernardo Cabral fez um quadro comparativo, dividido em três colunas: na da esquerda, o texto aprovado no primeiro turno; na do meio, as correções e adequações que foram feitas; e na da direita a proposta para votação em segundo turno.

Lourenço acha que cairão dez pontos

BRASÍLIA — O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), disse que a Constituinte deverá suprimir, no segundo turno de votação, dez dos 20 pontos considerados polêmicos: turno de trabalho de seis horas; limitação dos juros bancários em 12% ao ano; anistia a empresários e fazendeiros; licença-paternidade de oito dias; voto aos 16 anos; adicional de férias de um terço; direito de o funcionário público parar e de o trabalhador decidir sobre a oportunidade da greve; adicional do Imposto de Renda para os estados; nacionalização da mineração e aviso prévio proporcional.

Lourenço fez essa avaliação logo depois de ter estado no Palácio do Planalto com o presidente interino da República, Ulysses Guimarães, que na mesma oportunidade recebeu os líderes do governo no Senado e na Câmara, Saldanha Derzi (PMDB-MS) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB). Todos afirmaram ter conversado com Ulysses sobre o segundo turno da Constituinte.

Um dos pontos mais preocupantes da nova Carta, segundo José Lourenço, refere-se ao turno de seis horas. “Isso vai inviabilizar totalmente a exploração de petróleo no país. O trabalhador que atua numa plataforma de petróleo, por exemplo, vai permanecer seis horas no trabalho e descansar 18”, argumentou o líder do PFL.

Gadelha apresentou a Ulysses um esquema para apressar a votação do segundo turno. Todos os pontos não-polêmicos seriam votados de uma só vez, e os polêmicos, que segundo ele somam 21, separadamente.